

## **Sumário**

### **1. Introdução**

### **2. Acompanhamento do Planejamento da Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos para Geração de Energia Hidroelétrica para 2008.**

### **3. Conclusão**

### **4. Anexos**

**Anexo I - Plano de Trabalho do Grupo de Acompanhamento da Aplicação dos Recursos da Cobrança – GTAAC**

**Anexo II - Resolução CNRH nº 70**

**Anexo III - Resolução CNRH nº 71**

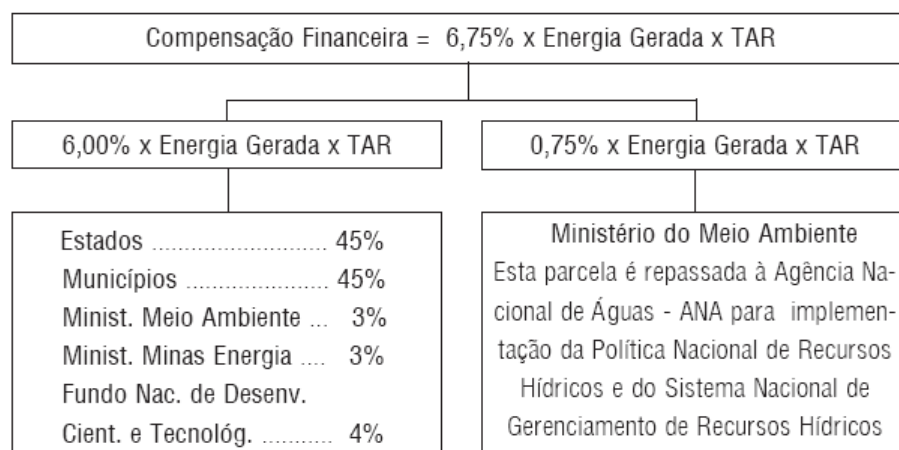
**Anexo IV - Programação Orçamentária da Agência Nacional de Água ANA / 2008**

## Introdução

A Cobrança pelo uso dos recursos hídricos foi instituída pela Lei nº 9.433/1997 como um dos instrumentos de gestão da Política Nacional de Recursos Hídricos.

A geração de energia hidroelétrica teve seu mecanismo de cobrança definido e implementado, conforme a Lei nº 9.984/2000, que criou a Agência Nacional de Águas – ANA. O art. 28 da Lei nº 9.984 altera o valor da Compensação Financeira paga pelo uso de recursos hídricos para a geração de energia hidroelétrica de 6% para 6,75% do valor da energia produzida por cada usina e classifica o montante correspondente aos 0,75% acrescidos aos 6% como pagamento pelo uso dos recursos hídricos. O recurso arrecadado é destinado ao Ministério do Meio Ambiente – MMA, ficando à disposição da ANA para aplicação na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

O cálculo e a distribuição da compensação financeira é feito conforme o quadro abaixo (art. 29 da Lei nº 9.984):



Fonte – Caderno Temático da ANEEL sobre Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para Geração de Energia Elétrica

TAR – Tarifa Atualizada de Referência - atualizada anualmente e revisada a cada 4 anos. O valor da TAR vigente em 2007 é R\$57,63.

As prioridades de aplicação dos recursos dos 0,75% são definidas pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH em articulação com os Comitês de Bacias Hidrográficas (§ 4º do art. 21 da lei nº 9.984), conforme as diretrizes dadas pelo art. 22 da Lei nº 9.433, ou seja, no financiamento de estudos, programas, projetos e obras constantes nos Planos de Recursos Hídricos. Do total arrecadado, até 7,5% pode ser aplicado no pagamento de despesas de implantação e custeio administrativo dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (§ 1º do art. 22 da lei nº 9.433).

O CNRH, desde 2003, vinha desempenhando seu papel na definição da aplicação dos recursos da cobrança pelo uso da água para geração de energia hidroelétrica (0,75%) através das resoluções CNRH nº 35, 41 e 49 que aprovam as prioridades para os anos 2004, 2005 e 2006, respectivamente. Faltava ainda regulamentar a forma de articulação entre o CNRH e os Comitês de Bacias para a definição das prioridades de aplicação desses recursos. Foi com a publicação da Resolução CNRH nº 70 (Anexo II), de 19 de março de 2007, que ficaram definidos os procedimentos, prazos e formas para essa articulação.

A resolução nº 70 define também o prazo para a ANA consolidar as priorizações recebidas dos Comitês de Bacias de Rios Federais e dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos e determina que até o dia 15 de junho de cada ano, o CNRH deve aprovar as prioridades de aplicação dos recursos previstos para o próximo exercício e a ANA observará essas prioridades na elaboração de seu Plano Plurianual.

Para acompanhar a aplicação dos recursos da cobrança em conformidade com as prioridades estabelecidas pelo CNRH e a elaboração e aprovação dos Planos Plurianuais e Leis Orçamentárias Anuais, foi instituído um Grupo de Trabalho Permanente, no âmbito da Câmara Técnica de Cobrança do CNRH - CTCOB.

O Grupo de Acompanhamento da Aplicação dos Recursos da Cobrança – GTAAC deve elaborar e encaminhar ao CNRH relatório de acompanhamento e eventuais não conformidades verificadas.

O GTAAC é constituído por 7 membros da CTCOB ou por seus representantes legais, observada a representatividade do CNRH, conforme o quadro abaixo:

| REPRESENTANTES  | NOME                         |
|---|------------------------------|
| Ministério do Meio Ambiente – ANA                       | Patrick Thadeu Thomas        |
| Ministério do Meio Ambiente – SRHU                      | Rodrigo Speziali de Carvalho |
| Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos                | Eneas Souza Machado          |
| Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidroelétrica  | Valéria Almeida L. Faria     |
| Indústrias  | Patricia H. Gambogi Boson    |
| Sociedade Civil - Comitês e Consórcios                  | Dalton Favero                |
| Sociedade Civil - Org. Técnicas e de Ensinos e Pesquisa | Jaildo Santos                |

Coordenador: Rodrigo Speziali de Carvalho

Relatora: **Valéria Almeida Lopes de Faria**

O Plano de Trabalho do GTAAC está descrito no Anexo I.

## **Acompanhamento do Planejamento da Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos para Geração de Energia Hidroelétrica para 2008.**

Documentação analisada pelo GTAAC:

- Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO / 2008
- Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA / 2008
- Resolução CNRH nº 70 – Anexo II
- Resolução CNRH nº 71 – Anexo III
- Programação Orçamentária da ANA / 2008 – Anexo IV

A LDO / 2008 e o PLOA / 2008 podem ser visualizados no endereço eletrônico: [http://www9.senado.gov.br/portal/page/portal/orcamento\\_senado](http://www9.senado.gov.br/portal/page/portal/orcamento_senado)

Todos os recursos da Compensação Financeira são classificados na Lei Orçamentária Anual como fonte 134 – Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos.

Da fonte 134, devem ser repassadas para a ANA a parcela da cobrança pelo uso dos recursos hídricos para a geração de energia hidroelétrica (0,75%) e a parcela da compensação financeira destinada ao Ministério do Meio Ambiente – MMA (3% dos 6%)

O valor previsto no Projeto da Lei Orçamentária Anual – PLOA / 2008 para a ANA na fonte 134 é igual a R\$ 187.263.312,00, conforme Quadro de Recursos Próprios e Vinculados de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária da PLOA / 2008.

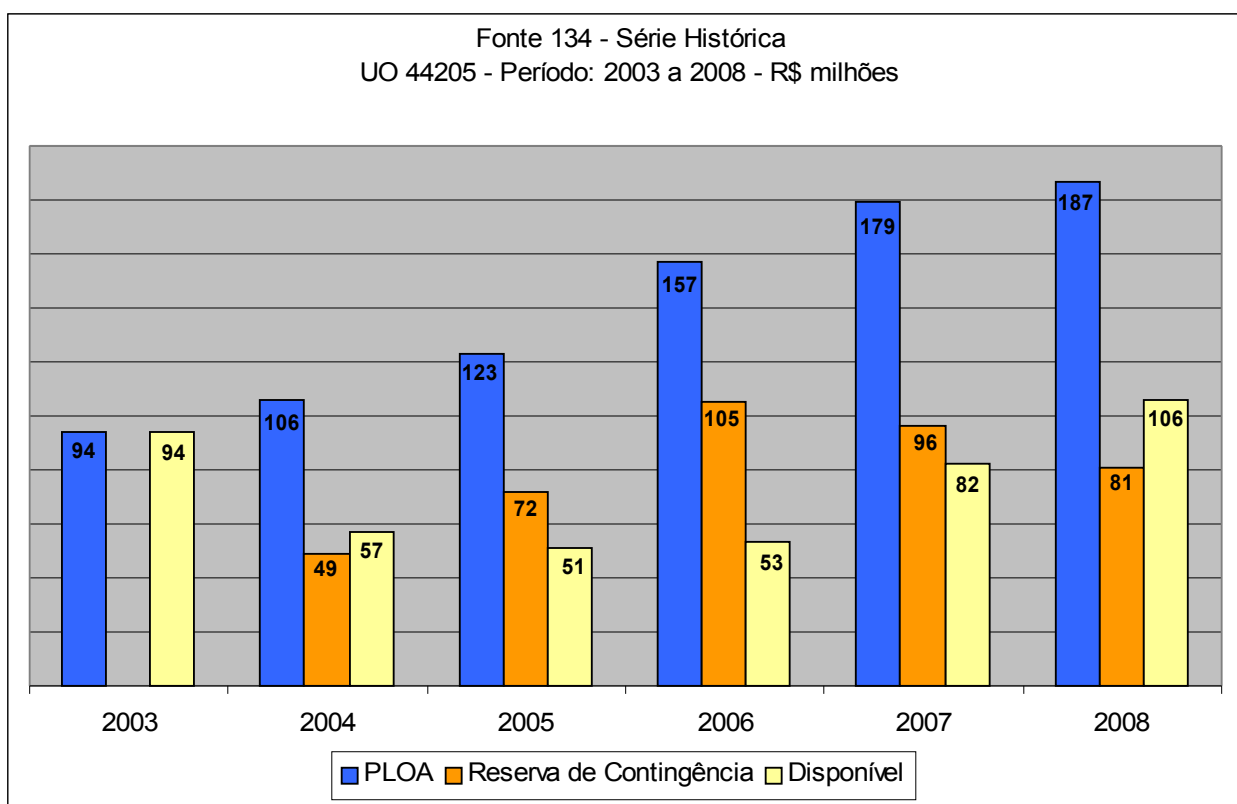
Dos R\$ 187.263.312,00, R\$ 151.027.861,00 correspondem aos 0,75% dos 6,75% pagos como compensação financeira pelo uso de recursos hídricos para a geração de energia hidroelétrica e devem ter sua aplicação programada pela ANA conforme as prioridades estabelecidas na Resolução CNRH nº 71 e acompanhada pelo GTAAC. Esse relatório destina-se ao acompanhamento da aplicação dessa parcela da fonte 134.

Os R\$ 36.235.451,00 restantes correspondem à parcela da compensação financeira destinada ao Ministério do Meio Ambiente – MMA e repassada para a ANA, a ser empregada na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e na gestão da rede hidrometeorológica nacional (§ 4º do art. 29 da Lei nº 9.984).

Os recursos da fonte 134 são recursos sujeitos ao **contingenciamento, um procedimento empregado pela Administração Pública para assegurar o equilíbrio orçamentário, ou seja, assegurar o equilíbrio entre a execução das despesas e a disponibilidade efetiva de recursos. A parcela a ser alocada na**

**reserva de contingência é definida na Lei Orçamentária Anual e fica indisponível para aplicação pelo órgão ao qual se destina.**

O gráfico abaixo ilustra a previsão dos valores da fonte 134 destinados à ANA (0,75% da cobrança + 3% do MMA) no período 2003-2008, os valores alocados na reserva de contingência e os valores disponíveis para aplicação. Podemos observar que durante os três últimos anos (2005, 2006 e 2007), os valores alocados na reserva de contingência superam o valor disponibilizado para aplicação pela ANA mas, a previsão para 2008 reverte esse quadro, reduzindo a menos de 50% o índice de contingenciamento.



fonte – apresentação feita pelo representante da ANA para o GTAAC em 26/09/2007

**Para 2008, dos R\$ 151.027.861,00** previstos de arrecadação com o pagamento pelo uso da água pelo setor usuário de geração de energia hidroelétrica (0,75% da compensação financeira), R\$ 70.380.130,00 estão alocados como Reserva de Contingência, ou seja, o valor disponível para aplicação na Programação Orçamentária da ANA / 2008 é igual a:

$$\text{R\$ 151.027.861,00} - \text{R\$ 70.380.130,00} = \underline{\text{R\$ 80.647.731,00}}$$

Os subprogramas aprovados pelo CNRH, conforme a Resolução nº 71, como prioritários para aplicação dos recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos para o exercício orçamentário de 2008 e no Plano Plurianual 2008-2011 da ANA são os listados a seguir, de forma não hierarquizada:

- despoluição de bacias hidrográficas;
- planos de recursos hídricos e enquadramento de corpos de água em classes de uso;
- metodologias e sistemas de outorga de direitos de uso de recursos hídricos;
- capacitação e educação, em especial ambiental, para a gestão de recursos hídricos;
- apoio à organização de Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SEGRHs;
- aplicação de instrumentos econômicos à gestão de recursos hídricos;
- sustentabilidade econômico-financeira da gestão de recursos hídricos.

A Programação Orçamentária da ANA / 2008 para a fonte 134 define a aplicação da parcela de R\$ 151.027.861,00, correspondente ao pagamento pelo uso da água pelo setor usuário de geração de energia hidroelétrica, conforme o quadro:

| ANO/DESCRIÇÃO   | 2008                   |
|---|------------------------|
| <b>0,75% - Art. 28 da Lei 9.984/2000<br/>Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos</b>  | <b>R\$ 151.027.861</b> |
| 10TQ - Implementação da Gestão Integrada de Águas Subterrâneas e Superficiais   | R\$ 2.344.000          |
| 2D06/3028 – Estruturação dos Sistemas Nacional e Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos no Semi-Árido                      | R\$ 15.715.797         |
| 2D09 - Enquadramento de Corpos D'Água   | R\$ 1.000.000          |
| 2000 - Administração da Unidade (máximo de 7,5%)  | R\$ 7.282.341          |
| 2272 – Gestão e Administração do Programa   | R\$ 300.000            |
| 2905 - Remoção de Cargas Poluidoras de Bacias Hidrográficas   | R\$ 40.000.000         |
| 2977 – Fiscalização do Uso de Recursos Hídricos   | R\$ 400.000            |
| 4925 – Elaboração de Planos de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas  | R\$ 4.000.000          |
| 4926 – Outorga do Direito de Uso dos Recursos Hídricos da União   | R\$ 570.000            |
| 4928 – Capacitação para a Gestão de Recursos Hídricos   | R\$ 2.000.000          |
| 4929 – Fomento a Projetos Demonstrativos de Uso Racional da Água  | R\$ 247.806            |
| 4936 – Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos   | R\$ 1.990.000          |
| 4937 – Fomento a Projetos de Difusão e Pesquisa Científica e Tecnológica para o Uso Sustentado e a Conservação de Recursos Hídricos | R\$ 350.000            |
| 4980 – Fomento à Criação e Consolidação de Comitês e de Agências em Bacias Hidrográficas  | R\$ 2.264.287          |
| 6251 – Prevenção de Eventos Hidrológicos Críticos   | R\$ 203.500            |
| 7278 – Implantação do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos   | R\$ 1.700.000          |
| 7406 – Implantação da Rede de Monitoramento da Qualidade da Água na Bacia do Rio Paraíba do Sul                                     | R\$ 280.000            |
| 0998 - Reserva de Contingência  | R\$ 70.380.130         |

fonte – apresentação feita pelo representante da ANA para o GTAAC em 26/09/2007

Estão grifados, no quadro acima, os subprogramas constantes na Resolução CNRH nº 71 de 14/06/2007.

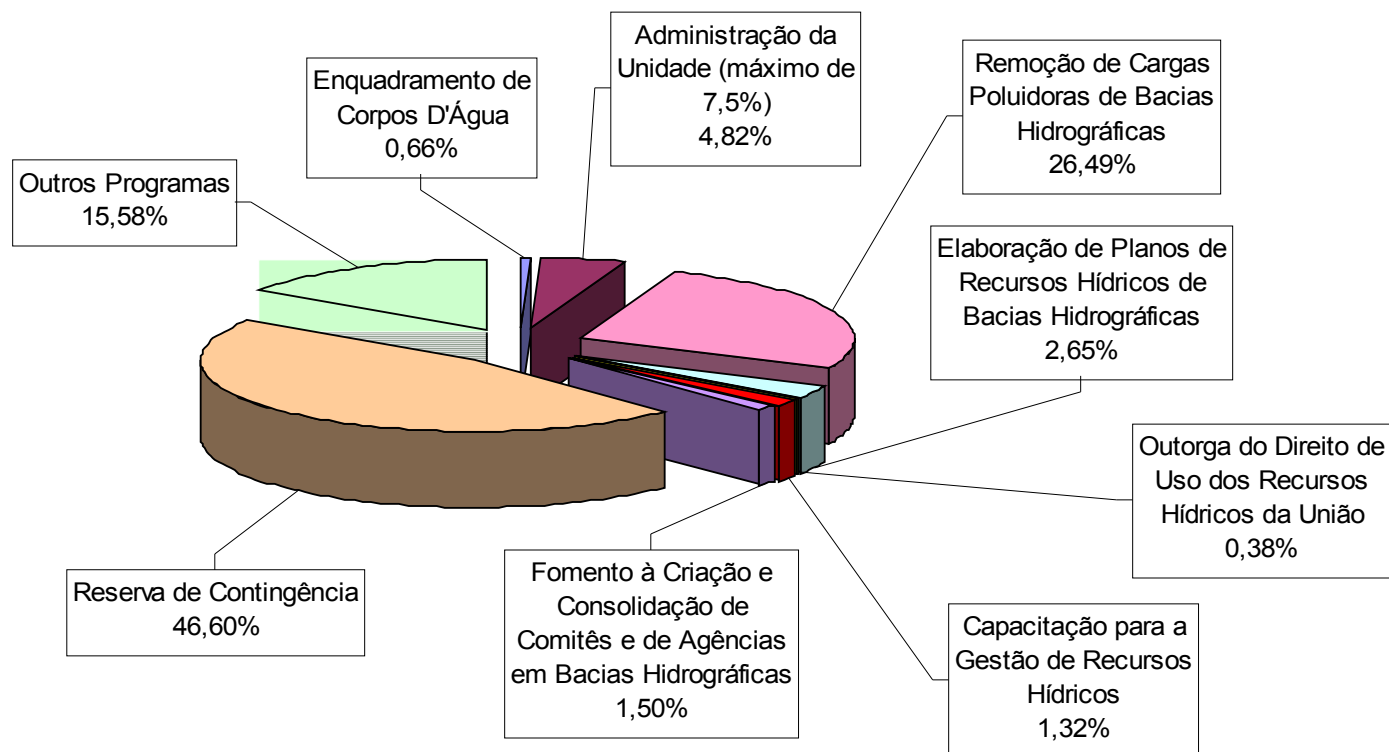


Gráfico ilustrativo dos percentuais destinados para cada subprograma e para a reserva de contingência.

#### Quadro Resumo:

|  |                        |
|--|------------------------|
| <b>0,75% - Art. 28 da Lei 9.984/2000</b><br><b>Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos</b> | <b>R\$ 151.027.861</b> |
|  |                        |
| Total orçado de acordo com as prioridades estabelecidas na Resolução CNRH nº 71            | R\$ 57.116.628         |
| Parcela alocada para outros projetos e programas   | R\$ 23.531.103         |
| Parcela dos 0,75% alocada para Reserva de Contingência                                     | R\$ 70.380.130         |



## Conclusões

- Dos R\$151.027.861,00 de arrecadação total prevista para o ano 2008 com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos para a geração de energia hidroelétrica, a Agência Nacional de Águas programou a aplicação de R\$ 80.647.731,00 (53,40%), pois R\$70.380.130,00 (46,60%) foram alocados como Reserva de Contingência pelo Governo Federal;
- O valor programado para as despesas de implantação e custeio administrativo, que deve respeitar o limite de até 7,5% do total arrecadado, é igual a R\$ 7.282.341,00.  
Esse valor corresponde a 4,82% dos R\$151.027.861,00 previstos para arrecadação e a 9,03% dos R\$ 80.647.731,00 disponíveis para aplicação pela ANA;
- Na Programação Orçamentária da ANA, R\$ R\$ 57.116.628,00 contemplaram os programas e subprogramas aprovados pelo CNRH, conforme a Resolução nº 71.  
Esse valor corresponde a 37,8% dos R\$151.027.861,00 previstos para arrecadação e a 70,8% dos R\$ 80.647.731,00 disponíveis para aplicação pela ANA.

## **Anexo I**

### **Plano de Trabalho do Grupo de Acompanhamento da Aplicação dos Recursos da Cobrança – GTAAC**

Durante duas reuniões, o GTAAC:

- levantou a documentação necessária para elaboração dos Relatórios de Acompanhamento:
  - Resolução CNRH definindo as prioridades de aplicação dos recursos;
  - Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO - define as metas e prioridades da administração pública federal incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual, dispõe sobre as alterações na legislação tributária e estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento;
  - Lei Orçamentária Anual – LOA - contém a discriminação da receita e da despesa pública, de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do governo, obedecidos os princípios de unidade, universalidade e anualidade;
  - Programação Orçamentária da ANA.
- definiu a periodicidade, a forma e o conteúdo dos Relatórios de Acompanhamento;
- assistiu apresentação do Assessor de Planejamento da ANA sobre a Programação Orçamentária 2008 da ANA para os recursos da Fonte 134;
- assistiu apresentação, durante Reunião da CTCOB, feita pelo representante da Secretaria de Orçamento Federal - SOF sobre a elaboração do Orçamento Público Federal, contemplando o Plano Plurianual – PPA, a LDO e a LOA.

Serão elaborados dois relatórios anuais, um em abril/maio e outro em outubro/novembro.

A definição das datas de emissão e do conteúdo dos relatórios baseou-se na cronologia das consultas aos Conselhos Estaduais e Comitês de Bacias sobre os programas considerados prioritários, a tabulação dos resultados das consultas pela ANA e emissão

de relatório que subsidiará o CNRH para definição das prioridades de aplicação dos recursos para o ano seguinte, conjugados com a elaboração e aprovação da LDO, da LOA e da Programação Orçamentária da ANA:

- PLDO – até março
- LDO – até maio
- Aprovação das prioridades de aplicação dos recursos pelo CNRH – até 15 de junho
- PLOA – até agosto
- LOA – até dezembro
- Programação Orçamentária da ANA – até setembro

Conteúdo do 1º relatório anual (abril/maio):

- 1ª parte – Fechamento da análise dos dados relativos à aplicação, no ano anterior, do dinheiro do pagamento pelo uso da água pelo setor de geração hidroelétrica com:
  - Lei orçamentária anual (ano anterior)
  - Definição das prioridades de aplicação aprovadas pelo CNRH para o ano anterior
  - Previsão Orçamentária da Agência Nacional de Águas para o ano anterior
  - Execução Orçamentária da ANA no ano anterior
- 2ª parte – Complementação da 2ª parte do relatório apresentado em novembro do ano anterior com:
  - Lei Orçamentária Anual para o ano corrente.

Conteúdo do 2º relatório anual (outubro/novembro):

- 1ª parte – Acompanhamento da execução orçamentária da ANA no ano corrente até o mês com:
  - Lei orçamentária anual (ano corrente)
  - Definição das prioridades de aplicação aprovadas pelo CNRH para o ano corrente
  - Previsão Orçamentária da Agência Nacional de Águas para o ano corrente

- Execução Orçamentária da ANA no ano até o mês
- 2ª parte – Previsão para o próximo ano
  - Projeto de Lei Orçamentária Anual (próximo ano)
  - Definição das prioridades de aplicação aprovadas pelo CNRH para o próximo ano
  - Previsão Orçamentária da Agência Nacional de Águas para o próximo ano

## **Anexo II – Resolução CNRH nº 70**



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS**

### **RESOLUÇÃO Nº 70, DE 19 DE MARÇO DE 2007**

Estabelece os procedimentos, prazos e formas para promover a articulação entre o Conselho Nacional de Recursos Hídricos e os Comitês de Bacia Hidrográfica, visando definir as prioridades de aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso da água, referidos no inc. II do § 1º do art. 17 da Lei nº 9.648, de 1998, com a redação dada pelo art. 28 da Lei nº 9.984, de 2000.

**O CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH**, no uso das competências que lhe são conferidas pelas Leis nºs 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e 9.984, de 17 de julho de 2000, tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno; e

Considerando que o § 4º do art. 21 da Lei nº 9.984, de 2000, estabelece que as prioridades de aplicação de recursos a que se refere o *caput* do art. 22 da Lei nº 9.433, de 1997, serão definidas pelo CNRH, em articulação com os respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica;

Considerando que o art. 5º da Resolução CNRH nº 41, de 2 de julho de 2004, estabelece a necessidade de resolução específica do CNRH para tratar da definição de procedimentos, prazos e formas para promover a articulação de que trata o § 4º do art. 21 da Lei nº 9.984, de 2000;

Considerando que o art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, com a redação dada pelo art. 28 da Lei nº 9.984, de 2000, estabelece, no inc. II do § 1º, que setenta e cinco centésimos por cento do valor da energia produzida constituem pagamento pelo uso dos recursos hídricos e serão aplicados, nos termos do art. 22 da Lei nº 9.433, de 1997, na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SINGREH;

Considerando que o Plano de Aplicação dos recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos pagos pelas usinas hidroelétricas está vinculado à proposta orçamentária da Agência Nacional de Águas - ANA, sendo encaminhada anualmente pelo Poder Executivo Federal ao Congresso Nacional para aprovação; e

Considerando a Resolução CNRH nº 58, de 30 de janeiro de 2006, que aprova o Plano Nacional de Recursos Hídricos, seus Programas e Sub- Programas,

## **RESOLVE:**

**Art. 1º** A aplicação dos recursos provenientes da cobrança de que trata o inc. II do § 1º do art. 17 da Lei nº 9.648, de 1998, com a redação dada pelo art. 28 da Lei nº 9.984, de 2000, dar-se-á na forma prevista nesta Resolução.

**Art. 2º** Os recursos provenientes da cobrança pelo uso da água de que trata o art. 1º serão utilizados da seguinte forma:

I - 92,5% (noventa e dois inteiros e cinco décimos por cento), no mínimo, no financiamento de estudos, programas, projetos e obras, cujas prioridades de aplicação serão definidas pelo CNRH em articulação com os Comitês de Bacia Hidrográfica, conforme o § 4º do art. 21 da Lei nº 9.984, de 2000;

II – até 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento) no pagamento de despesas de implantação e custeio administrativo dos órgãos e entidades integrantes do SINGREH.

**Art. 3º** Para dar cumprimento ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei nº 9.984, de 2000, combinado com o art. 2º desta Resolução, a Secretaria Executiva do CNRH formalizará, ao final de cada exercício, processo de consulta aos Comitês de Bacia Hidrográfica, de rios de domínio da União, e aos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, que terá como referência o formulário constante do Anexo integrante desta Resolução.

**§ 1º** Nos Estados onde não existirem Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, a consulta deverá ser feita aos órgãos estaduais gestores de recursos hídricos.

§ 2º Seguindo as diretrizes do Plano Nacional de Recursos Hídricos, poderão ser complementadas ou adicionadas informações ao Anexo visando a maior clareza e detalhamento ao conhecimento do CNRH.

**Art. 4º** As informações a que se refere o Anexo deverão ser encaminhadas à ANA até 28 de fevereiro de cada ano, com vistas a subsidiar plano de aplicação do exercício seguinte.

**Art. 5º** A ANA submeterá ao CNRH, até 31 de março de cada ano, relatório específico contendo as ações a serem priorizadas a partir das informações a que se refere o Anexo.

**Art. 6º** O CNRH definirá as prioridades para aplicação dos recursos da cobrança até o dia 15 de junho de cada ano.

**Art. 7º** A ANA observará as prioridades definidas pelo CNRH na elaboração e execução de seus programas e ações no Plano Plurianual.

**Art. 8º** O CNRH deverá articular-se com os demais entes governamentais para assegurar a aplicação integral dos recursos oriundos da cobrança pelo uso de recursos hídricos, de acordo com as prioridades estabelecidas.

**Art. 9º** Fica instituído Grupo de Trabalho permanente no âmbito da Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos - CTCOB com as seguintes atribuições:

I - acompanhar a elaboração e a aprovação dos Planos Plurianuais e das Leis Orçamentárias Anuais para verificação da compatibilidade com as prioridades estabelecidas pelo CNRH;

II - acompanhar a aplicação dos recursos da cobrança em conformidade com as prioridades estabelecidas;

III – elaborar e encaminhar Relatório ao CNRH sobre a aplicação dos recursos e eventuais não conformidades verificadas nos incisos anteriores.

Parágrafo único. O Grupo de Trabalho será indicado pela CTCOB, refletindo a representatividade do CNRH.

**Art. 10.** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SILVA  
Presidente

JOÃO BOSCO SENRA  
Secretário Executivo

## ANEXO.

### Relação de Programas e Subprogramas do PNRH a serem priorizados (indicação de três, com notas de 1 a 3)

| PROGRAMAS  | SUBPROGRAMAS   | PRIORIDADES |
|--|--|-------------|
| I - ESTUDOS ESTRATÉGICOS SOBRE RECURSOS HÍDRICOS                                     | e a inserção geopolítica da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos - GIRH no contexto latino-americano e caribenho.  |             |
|  | Estudos estratégicos sobre cenários nacionais de desenvolvimento e impactos regionais que afetam a gestão de recursos hídricos.  |             |
|  | Implementação prática de compromissos internacionais em corpos de água transfronteiriços e desenvolvimento de instrumentos de gestão e de apoio à decisão, compartilhados com países vizinhos. |             |
|  | Estudos para a definição de unidades territoriais para a instalação de modelos institucionais e respectivos instrumentos de gestão de recursos hídricos.                                       |             |
| II – DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA GIRH NO BRASIL                                 | Organização e apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SINGRHH  |             |
|  | de Recursos Hídricos - SEGRHs  |             |
|  | Adequação, complementação e convergência do marco legal e institucional.   |             |
|  | Sustentabilidade econômico-financeira da gestão de recursos hídricos.  |             |
| III – DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS | Cadastro Nacional de Usos e Usuários.  |             |
|  | Rede hidrológica quali-quantitativa nacional.  |             |
|  | Processamento, armazenamento, interpretação e difusão de informação hidrológica.   |             |
|  | Metodologias e sistemas de outorga de direitos de uso de recursos hídricos.  |             |
|  | Subprograma Nacional de Fiscalização do Uso de Recursos Hídricos.  |             |
|  | Planos de recursos hídricos e enquadramento de corpos de água em classes de uso.   |             |
|  | Aplicação de instrumentos econômicos à gestão de recursos hídricos.  |             |
|  | Sistema Nacional de Informações de Recursos Hídricos.  |             |
|  | Apoio ao desenvolvimento de sistemas de suporte à decisão.   |             |



| PROGRAMAS  | SUBPROGRAMAS  | PRIORIDADES |
|--|---|-------------|
| IV – DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO, CAPACITAÇÃO, COMUNICAÇÃO E DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES EM GESTÃO INTEGRADA DE RECURSOS HÍDRICOS | Desenvolvimento, consolidação de conhecimento, inclusive os conhecimentos tradicionais, e de avanços tecnológicos em gestão de recursos hídricos. |             |
|  | Capacitação e educação, em especial ambiental, para a gestão de recursos hídricos.  |             |
|  | Comunicação e difusão de informações em gestão integrada de recursos hídricos.  |             |
| V – ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL, INTERINSTITUCIONAL E INTRA-INSTITUCIONAL DA GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS                       | Avaliação de impactos setoriais na gestão de recursos hídricos.   |             |
|  | Compatibilização e integração de projetos setoriais e incorporação de diretrizes de interesse para a GIRH.  |             |
| VI – USOS MÚLTIPLOS E GESTÃO INTEGRADA DE RECURSOS HÍDRICOS  | Gestão em áreas sujeitas a eventos hidrológicos ou climáticos críticos.   |             |
|  | Gestão da oferta, da ampliação, da racionalização e do reúso de água.   |             |
|  | Gestão de demandas, resolução de conflitos, uso múltiplo e integrado de recursos hídricos.  |             |
|  | Saneamento e gestão ambiental de recursos hídricos no meio urbano.  |             |
|  | Conservação de solos e água – manejo de microbacias no meio rural.  |             |
|  | Estudos sobre critérios e objetivos múltiplos voltados à definição de regras e restrições em reservatórios de geração hidrelétrica.               |             |
| VII – PROGRAMAS SETORIAIS VOLTADOS AOS RECURSOS HÍDRICOS   | Despoluição de bacias hidrográficas.  |             |
|  | Otimização do uso da água em irrigação.   |             |
| VIII – NACIONAL DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS  |   |             |
| IX – GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS INTEGRADOS AO GERENCIAMENTO COSTEIRO, INCLUINDO AS ÁREAS ÚMIDAS                             |   |             |
| X – GESTÃO AMBIENTAL DE RECURSOS HÍDRICOS NA REGIÃO AMAZÔNICA  |   |             |
| XI – CONSERVAÇÃO DAS ÁGUAS NO PANTANAL, EM ESPECIAL SUAS ÁREAS ÚMIDAS  |   |             |
| XII – GESTÃO SUSTENTÁVEL DE RECURSOS HÍDRICOS E CONVIVÊNCIA COM O SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO                                      |   |             |
| XIII – GERENCIAMENTO EXECUTIVO E DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS        |   |             |

## **Anexo III - Resolução CNRH nº 71**



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS**

### **RESOLUÇÃO Nº 71, DE 14 DE JUNHO DE 2007**

*Estabelece as prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos, para o exercício orçamentário de 2008 e no Plano Plurianual 2008 - 2011, e dá outras providências.*

**O CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH**, no uso das competências que lhe são conferidas pelas Leis nºs 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e 9.984, de 17 de julho de 2000, e tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno, anexo à Portaria nº 377, de 19 de setembro de 2003; e

Considerando que compete ao CNRH formular a Política Nacional de Recursos Hídricos e estabelecer diretrizes complementares à sua implantação, aplicação de seus instrumentos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos;

Considerando que o art. 21, § 4º, da Lei nº 9.984, de 2000, estabelece que as prioridades de aplicação de recursos a que se refere o *caput* do art. 22 da Lei nº 9.433, de 1997, serão definidas pelo CNRH, em articulação com os respectivos comitês de bacia hidrográfica;

Considerando a Resolução CNRH nº 58, de 30 de janeiro de 2006, que aprova o Plano Nacional de Recursos Hídricos;

Considerando a Resolução CNRH nº 70, de 19 de março de 2007, que estabelece os procedimentos, prazos e formas para promover a articulação entre o CNRH e os Comitês de Bacia Hidrográfica, visando definir as prioridades de aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso da água, referidos no inciso II do § 1º do art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, com a redação dada pelo art. 28 da Lei nº 9.984, de 2000; e

Considerando que a Agência Nacional de Águas observará as prioridades definidas pelo CNRH, de acordo com os arts. 4º e 7º da Resolução CNRH nº 70, de 2007, na elaboração e execução de seus programas e ações, resolve:

Art. 1º A aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso da água referidos no inciso II do § 1º do art. 17 da Lei nº 9.648, de 1998, com a redação dada pelo art. 28 da Lei nº 9.984, de 2000, deverá priorizar para o exercício orçamentário de 2008 e no Plano Plurianual 2008 – 2011 os Subprogramas do Plano Nacional de Recursos Hídricos a seguir relacionados:

- despoluição de bacias hidrográficas;
- planos de recursos hídricos e enquadramento de corpos de água em classes de uso;

- metodologias e sistemas de outorga de direitos de uso de recursos hídricos;
- capacitação e educação, em especial ambiental, para a gestão de recursos hídricos;
- apoio à organização de Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SEGRHs;
- aplicação de instrumentos econômicos à gestão de recursos hídricos;
- sustentabilidade econômico-financeira da gestão de recursos hídricos.

Parágrafo único- A ordem numérica de listagem dos subprogramas não estabelece a hierarquia de prioridades.

Art. 2ª Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**MARINA SILVA**  
**Presidente**

**LUCIANO ZICA**  
**Secretário-Executivo**

## Anexo IV - Programação Orçamentária da Agência Nacional de Água ANA / 2008

| ANO/DESCRIÇÃO   | 2007               |              | 2008               |              |
|---|--------------------|--------------|--------------------|--------------|
| <b>ANA<br/>(A) = B+C</b>  | <b>178.509.180</b> | <b>100,0</b> | <b>187.263.312</b> | <b>100,0</b> |
| <b>Compensação Financeira pelo Uso de Recursos Hídricos - 0,18% (3% sobre 6%) -<br/>Art. 29 – Lei 9.984/2000<br/>(B)</b>            | <b>34.541.526</b>  | <b>19,4</b>  | <b>36.235.451</b>  | <b>19,4</b>  |
| 1184 - Modernização da Rede Hidrometeorológica  | 2.300.000          | 1,3          | 7.000.000          | 3,7          |
| 2000 - Administração da Unidade   | 2.590.614          | 1,5          | 2.717.659          | 1,5          |
| 2378 - Rede Hidrometeorológica  | 15.700.000         | 8,8          | 16.000.000         | 8,5          |
| 0998 - Reserva de Contingência  | 13.950.912         | 7,8          | 10.517.792         | 5,6          |
| <b>0,75% - Art. 28 da Lei 9.984/2000 – Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos<br/>(C)</b>  | <b>143.959.016</b> | <b>80,6</b>  | <b>151.027.861</b> | <b>80,6</b>  |
| 11TN - Reforma do Bloco L da Agência Nacional de Águas  | 300.000            | 0,2          | 0                  | 0,0          |
| 10TQ - Implementação da Gestão Integrada de Águas Subterrâneas e Superficiais   | 0                  | 0,0          | 2.344.000          | 1,3          |
| 2D06/3028 – Estruturação dos Sistemas Nacional e Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos no Semi-Árido                      | 10.100.000         | 5,7          | 15.715.797         | 8,4          |
| 2D09 - Enquadramento de Corpos D'Água   | 600.000            | 0,3          | 1.000.000          | 0,5          |
| 2000 - Administração da Unidade (máximo de 7,5%)  | 10.409.386         | 5,8          | 7.282.341          | 3,9          |
| 2272 – Gestão e Administração do Programa   | 2.000.000          | 1,1          | 300.000            | 0,2          |
| 2378 - Rede Hidrometeorológica  | 0                  | 0,0          | 0                  | 0,0          |
| 2905 - Remoção de Cargas Poluidoras de Bacias Hidrográficas   | 10.100.000         | 5,7          | 40.000.000         | 21,4         |
| 2977 – Fiscalização do Uso de Recursos Hídricos   | 700.000            | 0,4          | 400.000            | 0,2          |
| 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação                                     | 300.000            | 0,2          | 0                  | 0,0          |
| 4641 - Publicidade de Utilidade Pública   | 200.000            | 0,1          | 0                  | 0,0          |
| 4925 – Elaboração de Planos de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas  | 3.000.000          | 1,7          | 4.000.000          | 2,1          |
| 4926 – Outorga do Direito de Uso dos Recursos Hídricos da União   | 600.000            | 0,3          | 570.000            | 0,3          |
| 4928 – Capacitação para a Gestão de Recursos Hídricos   | 1.000.000          | 0,6          | 2.000.000          | 1,1          |
| 4929 – Fomento a Projetos Demonstrativos de Uso Racional da Água  | 1.581.827          | 0,9          | 247.806            | 0,1          |
| 4936 – Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos   | 2.000.000          | 1,1          | 1.990.000          | 1,1          |
| 4937 – Fomento a Projetos de Difusão e Pesquisa Científica e Tecnológica para o Uso Sustentado e a Conservação de Recursos Hídricos | 350.000            | 0,2          | 350.000            | 0,2          |
| 4980 – Fomento à Criação e Consolidação de Comitês e de Agências em Bacias Hidrográficas  | 2.300.000          | 1,3          | 2.264.287          | 1,2          |
| 6251 – Prevenção de Eventos Hidrológicos Críticos   | 500.000            | 0,3          | 203.500            | 0,1          |
| 7278 – Implantação do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos   | 1.401.591          | 0,8          | 1.700.000          | 0,9          |
| 7406 – Implantação da Rede de Monitoramento da Qualidade da Água na Bacia do Rio Paraíba do Sul                                     | 300.000            | 0,2          | 280.000            | 0,1          |
| 0998 - Reserva de Contingência  | 96.216.212         | 53,9         | 70.380.130         | 37,6         |

fonte dos dados - ANA